

## UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ana Valéria Ubaldo da Silva\*

**Resumo:** Neste artigo, apresentarei algumas reflexões sobre a educação brasileira, descrevendo seu percurso histórico desde o período do Brasil-Colônia até os dias de hoje. Analisarei o impacto das transformações causadas pela Industrialização, Globalização, Novas Tecnologias e a entrada da mulher no mercado de trabalho sobre a educação dos filhos e no cotidiano das famílias e das escolas. Em que contexto histórico a educação passou a ser responsabilidade do Estado? Como a educação é pensada e articulada em três eixos – Escola, Família e Estado – no processo de promoção da educação pública e de qualidade no Brasil?

**Palavras-chave:** Educação brasileira. Relação escola-família. Omissão parental

### Introdução

No presente texto construído no âmbito do Curso de Pós-graduação em Ética e Educação para uma Cultura de Paz da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), focalizarei o estudo da relação entre a família e a escola desde o período do Brasil-colônia até os dias atuais, propondo, assim, uma reflexão crítica acerca dos problemas da educação brasileira e sobre o mito da omissão parental em relação à escola moderna.

A palavra educação tem origens no termo latino “educere” que significa conduzir, criar e sustentar. Ao longo dos anos ela adquiriu novos significados, a exemplo da Grécia Antiga, onde “educere” tornou-se sinônimo de escola. Essa associação entre a educação e a escola possibilitou a criação de uma instituição dedicada ao ensino-aprendizagem dos cidadãos.

### Um breve histórico da relação família-escola no Brasil

---

\* Formatada em Letras pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (CESVASF). Aluna do curso de Especialização em Educação e ética para uma cultura de paz junto a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: ana-valeria-20@hotmail.com.

Durante o Brasil - Colônia (1500-1822), o modelo familiar predominante era patriarcal. O pai era o responsável pelo trabalho fora de casa e pelo sustento da família. À mãe, cabiam os trabalhos domésticos e a educação dos filhos. Nesse período havia poucas escolas e estas eram pagas. A administração, bem como a pedagogia empregada estava sob a responsabilidade das ordens religiosas. O público beneficiado por este modelo de escola era a elite, notadamente das classes que detinham o poder financeiro e político, na época.

No período entre (1822-1889, historicamente definido como Brasil-Império) acontece uma mudança no conceito de família. Diferentemente da família patriarcal, que era considerada o centro econômico, social e educacional da sociedade. Havia uma rede doméstica de ensino voltada para os filhos dos senhores das casas grandes. As mães que possuíam estudo costumavam ensinar seus filhos em casa. Além da educação no seio da família, os filhos podiam contar também com o auxílio educacional de preceptores. Também essa função estava a cargo das mulheres, notadamente, mulheres de origem européia, encarregadas de assegurar-lhes uma formação moral, pedagógica e cultural.

A educação dos filhos da elite, nesse período era fortemente influenciada pelo modelo francês ou inglês e atingia até mesmo o modo de brincar. “Com a Abertura dos Portos, entram no país os primeiros brinquedos importados: soldadinhos de chumbo, bonecas de porcelana etc” (PRIKLADNICKI, 2009). Só após a Independência, em 1824:

[...] promulgam-se a Constituição do Império instituiu a gratuidade da instrução primária a todos os brasileiros (art. 179:32) garantindo a existência de colégios e de universidades que ensinassem os elementos das ciências, belas artes e artes (art. 179:33).

A primeira legislatura, três anos depois, tratou de dar voz àqueles problemas anteriormente apontados. Assim sendo, em agosto de 1827, observa-se a criação dos primeiros cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, destinados aos meninos ricos, brancos e cristãos das fazendas do sul e do norte do país. Em outubro do mesmo ano, uma lei dispunha sobre as escolas de primeiras letras, fixava-se o currículo e instituía-se o curso Primário para as meninas. (ARANTES, p. 2-3)

Isso reforça o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira, que privilegiava o acesso às pessoas ricas e proprietárias de terras. Os meninos entravam na escola a partir dos sete anos e, geralmente, no curso superior eles optavam pelo Direito, passagem obrigatória para os filhos da classe nobre que buscavam um título para reafirmar sua posição social.

Outras leis foram elaboradas, entretanto, nenhuma vigorou (como a de 1835), permanecendo igual o quadro geral da instrução no país. No que se refere ao ensino primário de meninos segundo dispunha o art. 6º:

Aos meninos os professores ensinarão a ler, as quatro operações da Aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais da Geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras e Constituição do Império e a História do Brasil (MENESES *et. al.* 2001, p. 65).

Outro detalhe que chama a atenção na educação dos filhos, neste período histórico, é o caráter sexista. As meninas geralmente encerravam seus estudos aos quatorze anos, idade em que já podiam se casar e ter filhos. Havia uma educação diferenciada para meninos e outra para meninas. A educação das meninas objetivava o exercício das “funções maternas” que elas um dia haveriam de exercer:

Em algumas famílias abastadas, às vezes elas recebiam noções de leitura, mas dedicavam-se, sobretudo às prendas domésticas, à aprendizagem de boas maneiras e à formação moral e religiosa. O objetivo era sempre prepará-las para o casamento e, quando muito, procurava-se dar um “verniz” para convívio social, daí o empenho em lhes ensinar piano e línguas estrangeiras, sobretudo o francês (ARANHA, 2010, p. 229).

Esse quadro refere-se à educação dada aos jovens da elite. Em contrapartida, no outro extremo da educação dos filhos das famílias ricas, as crianças pertencentes à classe pobre brasileira viviam e cresciam em meio à privação, à exclusão e à pobreza. Sem acesso ao ensino, o futuro das crianças pobres seguia rumo ao mesmo destino

que as de hoje: tornavam-se adultos analfabetos e sem o mínimo exercício dos seus direitos de cidadão.

No período da Primeira República (1889-1930), a capacidade educativa das famílias é questionada e essa tarefa deixa de ser obrigação da família e passa a ser dever do Estado. Essa nova conjuntura política, somada a uma série de fatores sociais, entre eles os altos índices de mortalidade infantil, o pouco avanço da medicina e as precárias condições de saúde dos adultos da época, levou à instituição e administração das escolas públicas no Brasil pelo Estado. A partir desse momento a educação passou a ser direito da criança e cabia aos pais, independente da classe social a que pertenciam enviar seus filhos à escola.

Com a responsabilização da política nacional e a construção das escolas públicas, estabeleceu-se um novo cenário, com novos papéis sociais para ambos os responsáveis pela educação das crianças: o Estado e a família. De um modo quase natural, à medida que o Estado era quem financiava a educação, ele passa a ter um maior controle sobre a família regulando seus hábitos e seus costumes. Ao Estado, além da educação básica dos filhos, interessa a revolução dos costumes familiares. Apesar do discurso em favor da Educação, em 1930, somente 30% dos alunos em idade escolar estavam matriculados nas escolas (Cf. UNESCO *apud* LACERDA, 2010, p. 8).

Como se vê, a mudança no cenário político tende a modificar os costumes e o modo de vida das famílias. Essa mudança ocorre, normalmente, através da concepção de educação que o Estado realiza. No período que vai da Era Vargas ao Regime Militar (1930-1964), a valorização da educação dos filhos ganha um grande impulso. Esse interesse pela educação – agora sinônimo de qualificação e não apenas educação dos costumes – se deve ao fato de que ela é concebida como uma forma de progresso social, tanto para a família quanto para o Estado. À família cabe o papel de auxiliar e complementar o papel da escola, aproximando assim as duas instituições, família e escola, gerenciadas pelo Estado. Apesar dessa parceria, “[...] em fins dos anos 1950, metade dos brasileiros ainda não sabia ler e apenas 50% das crianças na faixa de 7 a 14 anos freqüentava a escola primária” (UNESCO *apud* LACERDA, 2010, p. 9).

Durante o Regime Militar (1964-1984), houve uma grande expansão das matrículas escolares, mas os investimentos nessa área não acompanharam esse crescimento. Mesmo com esse aumento da oferta de vagas, a demanda era bem superior. Ocorre o aumento da oferta de vagas resultando na queda da qualidade da educação e o início da desvalorização da profissão docente. Pais e mães encontram dificuldade em se adequar a essas novas transformações e acompanhar de perto a criação dos filhos devido ao tempo que dedicam ao trabalho e se ausentam de casa. Por isso muitos se sentem culpados quando percebem uma mudança de comportamento dos filhos como indisciplina e mau-rendimento nos estudos. Surge a proposta da “educação compensatória”. Alguns pais e a própria escola começam a bonificar seus filhos (alunos) em troca do cumprimento de tarefas escolares ou cotidianas que deveriam ser realizadas sem esse tipo de conduta. A partir de 70, a política educacional brasileira ofereceu a essas crianças a oportunidade de compensar suas “deficiências”.

[...] Nessa década de 1970 existe uma crescente evasão escolar e repetência das crianças das classes pobres no primeiro grau. Por causa disso, foi instituída a educação pré-escolar (chamada educação compensatória) para crianças de quatro a seis anos para suprir as carências culturais existentes na educação familiar da classe baixa. As carências culturais existem porque as famílias pobres não conseguem oferecer condições para um bom desenvolvimento escolar, o que faz com que seus filhos repitam o ano. Faltam-lhes requisitos básicos que não foram transmitidos por seu meio social e que seriam necessários para garantir seu sucesso escolar [...] (AMARAL; BARBOSA, 2010).

A educação compensatória então deveria corrigir as supostas defasagens que estavam provocando o fracasso escolar das crianças. Esse tipo de educação era assistencialista e buscava sanar as deficiências de linguagem e pensamento das crianças e compensá-las. As crianças não eram vistas como culpadas, a responsável era a sua “falta de cultura”. O governo objetivava com isso preparar a “sociedade do futuro”, a responsável pela mudança social, sem pôr em questão a estrutura social geradora de desigualdade e se esquivando de solucionar os problemas sociais de

então. O conhecimento, através do ensino, fica restrito apenas à área da Psicologia e não é compreendido como prática social.

Depois de vinte anos vivendo sob o regime militar (1964-1984) no final do século XX finalmente os brasileiros poderiam escolher o seu Presidente da República. Agora com o regime democrático restabelecido, uma moeda forte (REAL), e o país em franco crescimento industrial presenciaram o rápido avanço da ciência, da tecnologia e da globalização. Estas trouxeram mudanças significativas que refletiram no cotidiano das pessoas, nas formas de organização do trabalho, nas famílias, obrigando a todos a viver com novas tendências. A humanidade encontra-se na transposição de uma nova era – sociedade da informação – que exige a construção de outros valores e paradigmas. Ou seja:

Poucas vezes na história defrontamos com uma *crise de paradigma*. Um paradigma é um modelo, um conjunto de idéias e valores capaz de situar os membros de uma comunidade em determinado contexto, a fim de possibilitar a compreensão da realidade e a atuação a partir de valores comuns. Nesse sentido, uma crise de paradigma se define pela mudança conceitual dos modelos que satisfazem essa comunidade, ao mesmo tempo que a caracterizavam (ARANHA, 2010, p. 358-359).

Isso afetou no funcionamento da sociedade, em geral, e, sobretudo, das famílias, modificando os costumes, as relações interpessoais, os sonhos e as necessidades. A explosão demográfica e a urbanização são outros fatores que influenciaram nas modificações dos estilos de vida da população. No quadro social ocorrem várias mudanças no âmbito político, econômico e social impactando fortemente sobre o papel da mulher na família. Houve também mudanças nos modelos de autoridade e no cotidiano familiar, estas se tornaram menos numerosas e menos sujeitas pelo patriarcalismo. As famílias são levadas a se adequar aos novos costumes e arranjos que refletem as recentes mudanças socioculturais.

O novo papel da família e do Estado afeta a educação das crianças? Em que medida, os novos modelos de família influenciam na educação dos filhos? Se no tempo do Brasil - Colônia, os filhos possuíam famílias nucleares, onde o pai era responsável

por prover o lar e a mãe era a única responsável pela educação básica (inicial) dos filhos, hoje em dia, esse papel educativo da mãe é exercido por pessoas diferentes e varia de família para família. Muitas vezes as crianças são criadas pelos avós, tios, madrastas, padrastos, mães ou pais solteiras ou pessoas sem laços consangüíneos. Esses se tornaram os principais responsáveis pelo sustento familiar e, por conseguinte, acabaram assumindo a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento educacional dessas crianças. Esses novos arranjos e composições familiares são percebidos em todas as camadas sociais brasileiras. Vivemos diante um paradigma emergente:

No momento vivemos uma *crise* do paradigma da modernidade: está se constituindo outro modelo, que alguns chamam de *pós-moderno*. De maneira geral, o que se configurava desde o final do século passado era a crise das instituições da modernidade, tais como o Estado - nação, a família, a escola. (ARANHA, 2010, p. 359).

De algum modo, nesse percurso sobre a educação no Brasil, as mudanças políticas e sociais interferiram na educação das crianças e jovens. As mudanças pelas quais passou a família, no que diz respeito à composição/caracterização do grupo familiar, afetam diretamente o desenvolvimento e os modos de aprendizagem. As mazelas sociais como a violência, os conflitos sociais e a drogadição impactam fortemente no cotidiano das famílias, assim como na rotina das escolas.

### **A expansão do ensino**

Em relação ao Estado, qual o seu papel, após essas mudanças do conceito de família? A escola pública, gratuita e de qualidade, é uma realidade para as novas famílias? A educação do estado acompanha essas mudanças que ocorreram (ocorrem) na composição do núcleo familiar e atualiza a sua proposta pedagógica, para atender as novas demandas? O Estado, como se sabe, sobretudo, nos últimos governos, criou

diversos Programas Sociais a fim de atrair a família e a comunidade para dentro da escola. Muitos desses programas são de transferência de renda<sup>1</sup>.

Os filhos são, desse modo, impulsionados a freqüentar a escola. Eles vão à escola não para aprender, mas para se alimentar, para não perder o benefício e porque os pais os obrigam. Os números de matrículas aumentam. O salário dos professores é congelado. Crescem os índices de marginalidade e desrespeito na escola. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional (LDB), a Lei Federal nº 9.394/96 identifica-se no Brasil uma nova regulamentação das políticas educacionais com a criação dos sistemas de avaliação institucional, internos e externos, como ENEM, Saeb, Prova Brasil e outros. Mas a expansão da educação proposta nas políticas econômicas, do Banco Mundial não incentivou o desenvolvimento do professor seja no campo profissional ou financeiro, tão pouco na qualidade real da educação.

De modo geral, os governos instituem avaliações nacionais que medem o desenvolvimento da educação (a aprovação dos alunos). Não existe um investimento na melhoria da qualidade educacional, mas uma promulgação de medidas que conduzem o professor a aprovar os alunos, em detrimento da qualidade da aprendizagem e do que é ensinado. O governo quer números, não qualidade e, com tal política, a educação fica atrelada aos interesses do capital. O resultado, como não poderia deixar de ser, é o aumento da massa de indivíduos pouco crítico e pouco consciente do seu dever de cidadão. O modelo educacional vigente está em crise.

### **Educação diferenciada**

Esse panorama histórico expõe a diferença entre a concepção de educação no nosso país. Essa diferença, sinteticamente, pode ser apresentada de dois tipos: uma educação boa para ricos e outra ruim para pobres. Desde o início, como procurei indicar, o objetivo da escolarização da classe popular era moralizar e controlar os

---

<sup>1</sup> Os pais recebem uma quantia como condição para que mantenham seus filhos na escola. Muitas dessas famílias têm como base da renda esse benefício que recebem. Geralmente desempregados ficam dependentes do Estado e vivem temerosos que os benefícios cessem e eles regressem ao estado de pobreza extrema.

indivíduos pobres para que eles se conformem com as regras impostas pela elite. Embora uma educação de qualidade para todos seja um tema defendido há anos, em todas as eleições, ela nunca foi realmente efetivada no Brasil. Essa divisão na concepção da educação repercute, drasticamente, no cotidiano da sociedade brasileira, pois reproduz a desigualdade social. Nenhum governo até hoje proporcionou ao povo brasileiro a oportunidade de emancipação, mantendo-o desde a época colonial até os dias atuais, em um eterno estado de pobreza e dependência do paternalismo estatal e dos favores políticos.

Diante dessa acomodação política quem padece é a maioria absoluta do povo brasileiro que é pobre. Assim como seus pais, de modo quase natural, os alunos tendem a perpetuar a condição de pobreza, assim como a falta de acesso aos bens culturais e sociais. Muitos deles abandonam precocemente os bancos escolares por considerarem a escola totalmente inútil e não condizente com a sua realidade. Na verdade o modelo da escola pública atual, em termos de qualidade e como promotora de ascensão social, não é eficaz.

### **Relação atual entre família e escola**

Atualmente há uma revolução nas salas de aulas brasileiras. A escola deveria estar em sintonia com as mudanças ocorridas no mundo da informação onde um simples clique com um mouse do computador possibilita o acesso a uma infinidade de conteúdos. Um mundo de contrastes, incertezas, mudanças e reciclagem permanente, onde o simples acúmulo de informação não é garantia para o sucesso ou permanência no mercado de trabalho. O desafio da educação moderna é complexo e há muita resistência para se adequar a essas mudanças por parte de todos os envolvidos: governo, família, escola e sociedade.

Em momento algum na história brasileira, foi tão amplamente discutida e divulgada pela mídia a questão da falta de limites, da indisciplina, do desrespeito e da falta de interesse dos alunos pelas aulas que a escola disponibiliza. Nunca ficou tão visível o cansaço, a desmotivação e a falta de saúde dos professores brasileiros.

Associados à imagem da escola estão sentimentos de pessimismo, frustração e impotência. Cada vez mais faltam professores nas salas de aula e a insatisfação de docentes, pais e alunos cresce gradativamente.

Os professores brasileiros enfrentam condições desfavoráveis de trabalho como: metodologias e materiais didáticos precários, salas superlotadas e uma formação profissional inadequada. Acredito que para educar um aluno e alfabetizá-lo não é necessário somente saber ler e escrever, são necessários conhecimentos básicos de neurologia, psicologia infantil, lingüística e etc., tipos de conhecimento que não são evidenciados nos cursos de formação para professores. Há ainda, docentes que não estão na profissão por vocação, mas por considerarem a docência como a única opção de profissão estável e acessível para a camada mais pobre da sociedade sem condições de cesso a outros cursos superiores.

É muito comum presenciar cobranças por parte da escola culpando à família como uma das principais causas dos problemas dos educandos, antes de procurar compreender os contextos sociais dos diversos grupos familiares, sem uma aproximação prévia visando o entendimento mútuo e a revisão das práticas educacionais vigentes. Esse tipo de discurso pode influenciar numa inversão perigosa de responsabilidades, pois uma coisa é valorizar a participação da família na escolarização dos filhos e outra bem diferente é culpar totalmente a família pelo fracasso escolar dos discentes.

A escola culpa a família pelas dificuldades e problemas educativos apresentados por seus filhos. Por sua vez, o modelo escolar vigente deprecia o conhecimento cultural e lingüístico do aluno aprendido com seus ancestrais e tenta sobrepô-lo em favor de outras culturas socialmente privilegiadas e vistas como melhores, cultas e eruditas. O modelo escolar atual persiste em direcionar atividades voltadas ao modelo de família padrão, mesmo diante às mudanças sociais, fato que gera constrangimento a muitos alunos que não se enquadram a esse modelo de família tradicional. Assim a escola e a família permanecem num “diálogo de surdos” onde nenhum dos lados é ouvido ou compreendido.

Considero que a educação é um direito de todos os cidadãos, mas na prática ele não é respeitado. A escola no Brasil não foi pensada para os pobres. Com a democratização do ensino, a escola pública recebeu todas as camadas sociais sem modificar e adequar seus métodos tradicionais de ensino voltados para a elite. Os ricos migraram para a escola privada e lá estão até os dias atuais, mas a metodologia escolar da escola pública continuou a mesma. A escola solicita ao aluno que ele esteja munido de pré-requisitos que deveriam ser ensinados dentro do convívio familiar, tais como: 1- Para aprender, o aluno necessita estar saudável e bem alimentado; 2- Ele precisa entender a norma lingüística que o professor utiliza; 3- Precisa respeitar o professor e demais alunos cumprindo acordos, tendo autocontrole e assumindo responsabilidades e compromissos. Para obter o sucesso escolar o aluno deve ser dotado dessas características, traços estes que pertencem à elite e não à massa popular. Mas como esperar comportamentos uniformes de famílias tão heterogêneas?

No senso comum dos educadores, eles ainda consideram que a aliança entre a escola e a família é a principal responsável pela trajetória de sucesso do educando, mas não há comprovação empírica que estabeleça uma relação direta entre interação dessas duas instituições e o sucesso escolar dos alunos. Considero que o êxito do educando está relacionado, em boa medida, ao nível sócio-econômico em que ele está inserido; as aspirações acadêmicas da família e também ao capital cultural e social familiar.

O governo atual impõe uma inclusão dos alunos mais pobres na escola, através dos Programas Sociais de Renda como alternativa para reverter os altos índices de fracasso histórico do ensino brasileiro, sacrificando assim a qualidade da escola e penalizando os mais carentes. Com tais Programas, o governo tenta enquadrar a massa dos, historicamente, excluídos em um modelo educacional fadado ao fracasso: aumentam o número de vagas, mas não investem adequadamente na melhoria das condições favoráveis ao processo de ensino-aprendizagem ou de permanência dos mesmos na escola.

No outro lado do processo educacional está o professor, formado para educar para a homogeneidade e não para a diversidade, a espera do aluno ideal e não real. O

aluno que a escola espera receber é aquele com idade adequada à série com um modelo de comportamento polido, honesto, responsável e dedicado aos estudos, que seja auxiliado pelos pais nas tarefas escolares, que mantenha um diálogo aberto com os seus familiares para solucionar seus problemas, um aluno que fale baixo e ouça o que o professor fala, um aluno que participa ativamente das aulas e realiza todos os trabalhos escolares com dedicação. Mas o nosso aluno real, o aluno que lota as salas de aula brasileiras nem sempre tem suas necessidades básicas como: alimentação, saúde, vestuário e atenção atendidos plenamente, muitas vezes seus responsáveis estão desempregados ou em subempregos desumanos e mal-remunerados onde o que ganham mal dá para pagar as contas.

Esse aluno vai para a escola não para aprender, mas porque é obrigação para recebimento do benefício do Programa Bolsa-Família ou então para evitar que o pai seja denunciado ao Conselho tutelar por deixar seu filho fora da escola. Esse aluno não frequenta a escola para buscar o saber, mas para buscar a merenda que muitas vezes falta em seu lar. Ou, talvez, para conseguir um diploma de Ensino Médio que lhes possibilitará empregos mais rentáveis do que o de seus pais.

## **Conclusão**

Diante das reflexões realizadas até agora cheguei à conclusão que a origem do problema da educação brasileira não é pedagógica, não é culpa dos professores, dos pais ou alunos, esse é um problema político. Mas porque motivo esses atores da comunidade escolar não pressionam o governo, eficazmente, para obtenção de uma educação de qualidade?

Quanto aos alunos considero que eles não possuem discernimento crítico e reflexivo suficientes para julgar se o conteúdo que a escola oferece é adequado ou não, então não podem exigir a qualidade que não conhecem. Quanto aos Diretores, muitos deles não foram eleitos mediante uma votação democrática, como determina a lei, mas por indicação política. Geralmente essas pessoas são despreparadas para estar no cargo e não procuram lutar por uma educação melhor para não se indispor com

seus superiores ou com o corpo docente evitando assim um desgaste de sua imagem, a perda dos seus empregos e ainda terem de voltar para a sala de aula. Quanto ao professor, muitos têm boa vontade em ver um dia a educação brasileira ser valorizada, assim como sua profissão, eventualmente organizam greves para chamar a atenção do governo e reivindicar melhorias, mas sem obter resultados satisfatórios. Temos ainda como destinatário de culpa os pais dos alunos. Mas devido à escolaridade média dos brasileiros ser de apenas seis anos, não se deve esperar que esses pais tenham ferramentas para impulsionar a mudança, se eles quando muito, receberam o mesmo tipo de educação que seus filhos estão tendo. Assim, tanto pais quanto professores acabam culpando o aluno por não ter interesse pelas aulas e por ser preguiçoso. Nessa relação, as vítimas viram culpadas. Professor culpa o pai que por sua vez culpa o aluno num ciclo vicioso que parece nunca ter fim. Por último nessa cadeia temos o governo, o único que possui formas efetivas de melhorar o sistema, mas ao invés disso, ele se preocupa apenas em colocar o aluno na escola como se ela fosse um hotel ou um abrigo e não lhe oferece uma educação significativa, pública e de qualidade.

É preciso uma mobilização social para modificar a realidade, buscando formas de aprender a escolher melhor os representantes políticos, pessoas comprometidas com o bem-estar do povo e não preocupadas apenas em aumentar seus próprios salários enchendo seus bolsos com o dinheiro público. Essas pessoas corruptas pouco ou nada fazem pela população mais carente de nosso país. Penso que tanto políticos quanto a elite abandonaram a escola pública, visto que não precisam dela, pois seus filhos estão em escolas privadas custeadas pelo desconto no Imposto de Renda. Os governantes não querem investir na educação para continuar abusando da ignorância do povo e continuar roubando e usufruindo o bem público.

Acredito firmemente que nenhuma reforma social ou melhoria nas condições de vida da população de um país pode deixar de contemplar primeiramente uma revolução no campo da educação pública, única forma de garantia de que milhões de pobres tenham acesso às oportunidades que permitam a cada um deles o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Espero que as reflexões apresentadas nesse artigo sejam disseminadas e contribuam na concretização de uma educação diferente

da atual: emancipatória, voltada para a coletividade e para a diversidade, adequada às capacidades e necessidades de cada um, independente dos meios financeiros, etnias, credos, gêneros ou sexualidade. Esse tipo de educação possibilitará a transformação necessária para a formação de um Brasil mais cidadão, justo e igualitário.

## Referências

AMARAL, Celinei Pereira; BARBOSA, Juliana Pereira. O currículo na educação Infantil: Diferentes currículos... Diferentes Pessoas? **Webartigos.com**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/53059/1/O-CURRICULO-NA-EDUCACAO-INFANTIL/pagina1.html>> Acessado em: 13 de jul. 2011

ARANTES, Ana Cristina. **Educação e história**: o renascimento e a educação jesuítica e Brasil Colônia. Disponível em: <<http://www.anacrisarantes.pro.br/trabalhos/historia%20educacao%20jesuitica.pdf>> Acessado em: 13 de jul. 2011

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação parágrafo mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de pesquisa**, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009, p. 93-123.

FERREIRA, Claudia Puget. **Monografias.com - Importância da integração escola - família no processo pedagógico**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos3/integracao-escola-familia/integracao-escola-familia2.shtml>>. Acessado em 31 de maio de 2011;

GRISPINO, Izabel Sadalla -**A Educação do rico versus a educação do pobre**. Disponível em:<[http://izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1431:a-presenca-dos-pais-na-escola&catid=103:artigos-educacionais&Itemid=456](http://izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1431:a-presenca-dos-pais-na-escola&catid=103:artigos-educacionais&Itemid=456)> Acessado em 25 de maio de 2011;

KRAMER, Sonia. Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. **Caderno de pesquisa**, n. 42, 1982, p. 54-62.

LACERDA, Patrícia Monteiro. Slideshare. Interação escola-família: subsídios para práticas. Baseado no estudo Interação Escola-Família- UNESCO/MEC 2010. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/THIAGOPEIXOTOGO/pesquisa-unesco>> Acessado em: 13 de jul. 2011;

MENESES et. al. **Estrutura e funcionamento da Educação básica**. São Paulo: Pioneira, 2001.

Oeste internet. Um terço dos analfabetos foram à escola e saíram de lá sem saber ler e escrever. **Revista AOL** - 09Nov2004. Disponível em: <<http://www.oesti.com.br/educacao/noticias/analfabetos.html>> Acessado em 01 de junho de 2011.

PRIKLADNICKI, Fábio. Itaú Cultural. **Ciranda, Cirandinha**. Revista Continuum. Disponível em:<[http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd\\_pagina=2720&cd\\_materia=1037](http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2720&cd_materia=1037)> Acessado em: 12 de julho de 2011.

REDEGIFE, Roberta Pavon. Abrelivros- Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares. Disponível em: <[http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/index.php?option=com\\_content&view=article&id=134:salario-de-professor-primario-brasileiro-e-o-terceiro-pior-do-mundo&catid=1:noticias&Itemid=2](http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/index.php?option=com_content&view=article&id=134:salario-de-professor-primario-brasileiro-e-o-terceiro-pior-do-mundo&catid=1:noticias&Itemid=2)> Acessado em: 23 de agosto de 2011.

